

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 08 de abril de 2025

CNI Confederação
Nacional
da Indústria

Nesta edição:

- **CCJ do Senado Federal realiza audiência pública sobre redução da jornada de trabalho semanal (PEC 148/2015)**

A CCJ do Senado realizou audiência pública para debater a redução da duração semanal do trabalho (PEC 148/2015)

A audiência é a primeira de um ciclo de debates com o fim de discutir a PEC 148/2015, de autoria do **Sen. Paulo Paim (PT/RS)**, que prevê a redução da jornada para 36 horas semanais e 8 horas diárias.

O **Senador Rogério Carvalho (PT/SE)**, relator da matéria na CCJ do Senado, abriu a audiência ressaltando que a discussão sobre a redução da jornada não deve focar apenas na produtividade, mas também na melhoria da qualidade de vida do trabalhador. Destacou a importância da atuação do **Senador Paulo Paim (PT/RS)** nesse tema, devido à sua experiência e êxito em outras questões sociais.

Embora convidados, a Deputada Federal Erika Hilton (PSOL/SP), autora da PEC 8/2025, e o Deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), autor da PEC 221/2019, bem como o líder do Movimento Vida Além do Trabalho, vereador Rick Azevedo (PSOL/RJ), não compareceram à audiência pública.

Em seguida, falou Sr. **Abel Santos**, Coordenador do Movimento Vida Além do Trabalho (VAT) no Distrito Federal. Iniciou sua fala relatando a necessidade de redução da jornada de trabalho com o fim de preservar a saúde mental dos trabalhadores. Defendeu que a redução da jornada de trabalho contribui para o aumento da produtividade e para a melhoria da qualidade de vida da população, ajudando a combater doenças como DORT (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho), LER (Lesões por Esforço Repetitivo) e transtornos mentais.

Discorreu que a redução da jornada já é debatida globalmente, com países como Bélgica, Reino Unido, Alemanha, Espanha, Islândia, Portugal, Nova Zelândia e Japão adotando jornadas de trabalho inferiores a 44 horas semanais. Mencionou, ainda, que países como África do Sul, México, Chile e Colômbia, que possuem realidades semelhantes à do Brasil já adotam escalas de 40 horas semanais.

Citou que a redução para 40 horas semanais não é suficiente e citou que há uma média de tempo de descolamento alta no Brasil, que no Distrito Federal é de duas horas e meia, o que justifica a necessidade de redução para 36 horas semanais.

Na sequência, a Sra. **Shakti Prates Borela**, Auditora Fiscal e Assessora Técnica da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, iniciou sua fala defendendo a redução da jornada. Relatou que desde a Constituição de 1988 não há uma nova redução de jornada, a última foi a de 48 para 44 horas semanais. Defendeu que, da análise dos direitos fundamentais previstos na Constituição, depreende-se a necessidade de reduzir a jornada. Além disso, defendeu que os países que adotaram a redução da jornada ganharam em produtividade.

Citou que as empresas já reduzem a jornada por meio de negociações coletivas, mas que nem todas as categorias são organizadas e representadas o suficiente a ponto de conseguirem a redução. Por fim, parabenizou a iniciativa de debater o tema e relatou que MTE está disponível para o diálogo.

Em continuidade, a Sra. **Rosane Silva**, da Secretária Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados do Ministério das Mulheres, defendeu que a redução trará benefícios para toda a população, especialmente para as mulheres que são as mais afetadas pelo acúmulo de trabalho.

No mesmo sentido, expôs que a redução da jornada de trabalho para as mulheres significaria menos sobrecarga, já que acumulam, em média, 11 horas diárias de trabalho remunerado e não remunerado. Ressaltou que a medida poderia promover uma distribuição mais equilibrada das tarefas domésticas entre homens e mulheres e incentivar a inclusão de mais mulheres no mercado de trabalho. **Destacou que o aumento da licença- paternidade é importante, para que as responsabilidades parentais sejam compartilhadas**, o que aliviaria a sobrecarga das mulheres.

Por fim, argumentou que a redução da jornada aumentaria a empregabilidade e reduziria os custos sociais, ao ampliar o número de contribuintes para a Previdência Social.

A palavra foi passada aos presentes, ocasião em que **Nilza Pereira Almeida**, da Intersindical, que informou estar **trabalhando com o Movimento Vida Além do Trabalho (VAT) para organizar as manifestações do 1º de Maio no Rio de Janeiro e em São Paulo, com o objetivo de pressionar pela redução da jornada de trabalho**.

Mencionou colaboração com a Frente Brasil Popular e a Frente Brasil Sem Medo para organizar um plebiscito sobre a redução da jornada, afirmando que abaixo-assinados não são suficientes. Segundo **Nilza Pereira Almeida**, a redução da jornada é uma pauta relevante para toda a classe trabalhadora brasileira com potencial de mobilizar a população. Anunciou que ainda hoje será realizada uma sessão plenária com as centrais sindicais para planejar uma campanha pela realização de plebiscito sobre o tema, e que o lançamento oficial da campanha ocorrerá no dia 10 de abril, no Largo do São Francisco, na USP.

Participaram da audiência representantes das seguintes entidades: **Ubiraci Dantas de Oliveira**, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, **Moacyr Roberto Tesch Auersvald**, da Nova Central Sindical de Trabalhadores, **Isaú Joaquim Chacon**, da CONTEC, **João Domingos Gomes dos Santos**, da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, **Alexandra Lucena**, da Federação Nacional dos Securitários, **Rita Vivas**, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação, e **Sônia Zerino**, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, defenderam a proposta. Os participantes ressaltaram que a discussão sobre a PEC 32/2020, que trata da reforma administrativa, deve ser combatida, pois está sendo reavivada. Rita Vivas, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação, ainda propôs a revisão da NR 1, com foco na saúde mental no mercado de trabalho.

A audiência foi presidida inicialmente pelo relator da matéria e líder do PT, Sen. Rogério Carvalho (PT/SE) e, após, pelo Sen. Paulo Paim (PT/RS). Não compareceram outros senadores à audiência.



Veja mais

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:

www.legisdata.cni.com.br

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Superintendência de Assuntos Legislativos – SULEG | Superintendente: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: | Editoração: SULEG | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/DDI/ECON | Divulgação: CNI/DIRCOM | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9060 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF | www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

CNI Confederação
Nacional
da Indústria